

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025
(Do Sr. Deputado **PEZENTI**)

Requer informações ao Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária acerca do posicionamento que será adotado pelo Ministério na 11ª Conferência das Partes (COP 11) da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), em Genebra.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que seja encaminhado ao Ministro da Agricultura e Pecuária, Senhor Carlos Fávaro, o presente pedido de informação acerca do posicionamento que será defendido pelo Ministério na 11ª Conferência das Partes (COP 11) da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), que acontecerá de 17 a 22 de novembro, em Genebra, especialmente no que tange à produção, comercialização e exportação de tabaco cultivado no território nacional. Diante do exposto, requer-se as seguintes informações:

1. Quem será o indicado do Ministério para representar a pasta na CONICQ? O Ministério tem expectativa de participar da COP 11?
2. Qual o posicionamento oficial a ser adotado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) na COP 11, em relação à valorização da cadeia produtiva do tabaco no Brasil?
3. Considerando que o Brasil é o 1º exportador mundial e o 2º maior produtor mundial de tabaco, responsável pelo recolhimento de mais de R\$17 bilhões em tributos anuais e pela geração de 40 mil empregos diretos apenas na indústria, quais medidas o MAPA pretende defender para garantir a



sustentabilidade econômica e a competitividade internacional do setor, em especial no que tange à regulamentação de novas tecnologias de consumo de tabaco como medida para impulsionar a cadeia produtiva do agronegócio brasileiro?

4. O Ministério reconhece o papel estratégico da fumicultura para a agricultura familiar, uma vez que 95% dos estabelecimentos produtores são familiares e a cultura garante renda até 700% superior à da soja por hectare? Em caso afirmativo, como isso será refletido na atuação do MAPA na CONICQ? Existe previsão de manifestação da pasta em prol da criação de políticas de conscientização da população acerca da sustentabilidade e seriedade que envolvem a fumicultura?
5. Há previsão de o MAPA formular voto contrário ou apresentar ressalvas a eventuais diretrizes da CONICQ que proponham a redução compulsória, restrição comercial ou desincentivo institucional à produção de tabaco,, considerando seu Objetivo 3 do Mapa Estratégico 2020-2031?
6. O MAPA realizou ou pretende realizar consulta formal aos produtores, cooperativas, sindicatos e representantes da cadeia produtiva do tabaco para fundamentar seu posicionamento na CONICQ?
7. Estudos comprovam que há uma demanda potencial de R\$7,5 bilhões anuais de arrecadação para o Brasil caso os dispositivos eletrônicos para fumar sejam regulamentados, em especial, o que implicaria na criação de mais de cem mil novos empregos. Sendo assim, o MAPA pretende apresentar posição técnica favorável à inovação e à regulação de produtos como o tabaco aquecido, considerando seu potencial impacto positivo na cadeia produtiva brasileira, na agregação de valor à produção nacional e na inserção do Brasil em cadeias globais de inovação?
8. O MAPA avalia que a ausência de regulação nacional para os DEFs, em contraste com políticas mais flexíveis adotadas por países vizinhos, como Argentina e Paraguai, pode resultar na perda de competitividade internacional da cadeia produtiva legal brasileira?



JUSTIFICATIVA

O Brasil é referência internacional na produção e exportação de tabaco, setor que movimenta a economia de centenas de municípios e sustenta milhares de famílias, especialmente na agricultura familiar do Sul e Nordeste do país. Ainda que as externalidades negativas do consumo de tabaco sejam conhecidas, é imperativo reconhecer que o caminho para lidar com esses desafios não é a imposição de medidas punitivas, restritivas ou anti comerciais, mas sim o aprimoramento da cadeia produtiva nacional e a conscientização sobre a fumicultura com foco em inovação, desenvolvimento tecnológico, geração de emprego e renda e valorização do agronegócio brasileiro frente ao mundo.

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco é um espaço fundamental de diálogo e fixação de diretrizes. Para tanto, é imprescindível que os ministérios que compõem a Comissão, especialmente o da Agricultura, adotem uma postura firme e técnica em defesa do produtor rural, da competitividade econômica e do equilíbrio entre saúde pública e liberdade econômica.

Este requerimento visa garantir a transparência e o controle democrático sobre as decisões que impactam diretamente um dos setores mais relevantes da nossa história agrícola, defendendo uma atuação governamental que preserve e impulse empregos, renda e a soberania produtiva do país.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 2025.

PEZENTI

Deputado Federal - MDB/SC

